Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Enxugando gelo

Advogados que acompanham a distância o processo de inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro lembram que há muito chão pela frente. Por isso, ainda que a defesa apresente algum recurso relativo ao caso da reunião com os embaixadores, há pelo menos uma dezena de outras ações em fase de instrução.

Kássio espremido

O ministro Kássio Nunes Marques, que votará hoje depois da ministra Cármen Lúcia, terá dificuldades em pedir vista do processo de Bolsonaro. É que, se o fizer — e tem esse direito —, ficará mal na corte eleitoral. Cármen deve apresentar um voto contundente pela inelegibilidade, formando maioria no Plenário pela condenação. Um pedido de vista, nesse caso, só retardará o acórdão de uma decisão que, na prática, estará definida.

Tic-tac, tic-tac

Passou o São João e nada de o deputado Celso Sabino (União Brasil-PA) virar ministro do Turismo. Dentro do partido, há um incômodo e muita gente achando que está ficando feia a história de manter Daniela Carneiro e deixar o indicado do partido quase um mês na lista de espera.

Gira...

Depois de ser perseguido e ameaçado de afastamento do Judiciário, o desembargador Rogério Favreto deu a volta por cima e assumiu como novo diretor da Escola da Magistratura (Emagis), do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). Há cinco anos, no começo de julho de 2018, ele ficou conhecido nacionalmente por conceder um habeas corpus para libertar Lula, que estava preso em Curitiba por determinação do então juiz Sergio Moro.

A nova federação

Em suas andanças por Portugal por esses dias, o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), e o vice-presidente do União Brasil, Antônio Rueda, retomaram as conversas para a formação de uma federação entre os dois partidos. A ideia é unir esforços para as eleições municipais do próximo ano e, se for o caso, mais à frente buscar um candidato próprio ao Planalto.

A federação vai diluir o poder do presidente do União Brasil, deputado Luciano Bivar (PE), e fortalecer o do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), e o do líder do União Brasil, deputado Elmar Nascimento (BA). Lira e Elmar participaram dessas conversas em Lisboa. Um dos nomes da Federação para o futuro é o do governador de Goiás, Ronaldo Caiado.



...Mundo

Na cerimônia de posse, esta semana, Favreto fez referência à Operação Lava-Jato. "Não devemos estimular e emular heróis ou salvadores da pátria, sob pena de fragilizarmos ainda mais o sistema de Justiça, como estamos experimentando pelos recentes devaneios e personificação de alguns agentes, a partir da excessiva exposição midiática e do foco em projetos pessoais e políticos", afirmou.

CURTIDAS

RenovaBR e Cidadania/ O RenovaBR, criado pelo empresário Eduardo Mufarrej para formação política, assinou acordo de cooperação inédito com a Fundação Astrojildo Pereira (FAP), ligada ao partido Cidadania, para a formação e a capacitação dos filiados da sigla. O termo prevê realização de eventos e acesso das lideranças aos cursos e conteúdos do RenovaBR. A ideia é ampliar para outros partidos.

Tem para todos/ "Não há outra forma de melhorar a política se não for pela política. O RenovaBR está se aproximando de partidos e fundações partidárias por entender que podemos ser um parceiro estratégico na formação de novos líderes políticos. Esse termo inédito com a fundação é o primeiro de muitos. Convidamos todas as fundações partidárias a estarem conosco nesta construção de um país mais justo e democrático", afirmou a CEO do RenovaBR, Patricia Audi.

Arquivo pessoal



Enquanto isso, em Lisboa.../ Uma turma que compareceu ao "Gilmarfest", ou "GilmarPalooza", apelido carinhoso do XI Fórum Jurídico de Lisboa, ganhou a alcunha de "inimigos do fim". O seminário se encerrou na quarta-feira, mas as festividades, não. Ontem, por exemplo, um jantar reuniu o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa; o ex-presidente Michel Temer; o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); dois ex-presidentes da Casa, senadores Renan Calheiros (MDB-AL) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), hoje presidente da Comissão de Constituição e Justiça; o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM); o do União Brasil, Efraim Filho (PB); o embaixador do Brasil em Portugal, Raimundo Carreiro; os ex-deputados Fábio Ramalho e Marcelo Itagiba.

LEGISLATIVO

Deputado na mira por racismo

Ministros da AGU, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos anunciam medidas contra Gustavo Gayer por comentário preconceituoso

Vinicius Loures/Agência Câmara



Resposta do parlamentar menosprezou a cognição dos africanos

Daniel Estevão/AscomAGU



Messias classificou interpretação do deputado como "inadmissível"

Após falar em um podcast que a "democracia não prospera na África" por falta de "capacidade cognitiva", o advogado-geral da União, Jorge Messias, afirmou, ontem, que junto com a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, estuda medidas jurídicas cabíveis contra o deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO). Para eles, as declarações do parlamentar — feitas na terça-feira em um podcast — são "inadmissíveis" e desrespeitosas.

"Tais declarações são inadmissíveis em um contexto democrático, que exige respeito pleno a todos os cidadãos e cidadãs, e compromisso inequívoco da sociedade e, principalmente dos agentes políticos, com o mandamento constitucional da igualdade racial no país", afirmam em nota conjunta.

"A AGU e o MIR anunciarão a medida que será tomada tão logo seja concluída a análise jurídica do fato", acrescentam. Messias e Anielle avaliam que as falas do parlamentar podem configurar crime de racismo.

Na quarta-feira, o ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, anunciou que tomaria medidas contra os comentários de Gayer. Ele enviou um pedido de providências ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, à Polícia Federal (PF), à Câmara dos Deputados e à Procuradoria Geral da República (PGR) contra parlamentar.

Segundo o ministro, "um deputado federal bolsonarista dirige ofensas discriminatórias a brasileiros e a africanos, bem como a membros dos Três Poderes da República". "No ofício, peço a tomada das providências cabíveis por parte das autoridades. A imunidade parlamentar serve para proteger o regular exercício do mandato e não serve como escudo para a prática de crimes", observa Silvio.

Deputadas como Duda Salabert (PDT-MG) e Talíria Petrone (PSol-RJ) também anunciaram medidas contra Gayer e entraram com uma representação no Conselho de Ética da Câmara pedindo a cassação do mandato do bolsonarista.

Gayer, por sua vez, negou que tivesse sido racista. Na conta que mantém em uma rede social, publicou: "A completa falta de capacidade da esquerda na interpretação da minha fala sobre o QI baixo ser fundamental para criar uma ditadura é a prova cabal de que estou certo".

O deputado tem chamado a atenção por ser, na Câmara, um dos defensores mais viscerais do ex-presidente Jair Bolsonaro. A polêmica começou quando ele e os apresentadores do podcast debatiam sobre o Quociente de Inteligência (QI) das populações quando o moderador da conversa disparou: "Sabia que tem macaco com QI de 90? 72, o QI na África. Não dá para a gente esperar alguma coisa da nossa população".

Na sequência, Gayer fez um comentário sobre o histórico do continente em relação às democracias: "Democracia não prospera na África. Para você ter uma democracia, você tem que ter o mínimo de capacidade cognitiva de entender entre o bom e o ruim, o certo e o errado", disparou.

Bolsonarista que atacou Moraes vira réu no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o deputado Otoni de Paula (MDB-RJ) por ofender o ministro Alexandre de Moraes em lives na internet. O parlamentar responderá pelos crimes de difamação, injúria e coação no curso do processo. Os integrantes da Corte seguiram o voto do relator, ministro Kássio Nunes Marques, por unanimidade.

Em transmissões de vídeo nas redes sociais, Otoni chamou o Moraes de "lixo", "tirano", "canalha", "vergonha", "esgoto" e "déspota". Em julho de 2020, época em que fez os ataques, ele era vice-líder na Câmara do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro — o deputado entregou o cargo logo depois dos xingamentos, mas voltou ao posto no ano passado. O parlamentar também acusou Moraes de ter "rabo preso" com escritórios de advocacia que trabalham para ministros do Supremo e que têm ligação com organizações criminosas.

A PGR considerou que as declarações de Otoni não estão incluídas nos princípios da imunidade parlamentar, pois não há vínculo entre o conteúdo das manifestações e sua função pública, "tendo ele exorbitado dos limites da crítica pública e, principalmente, dos padrões de civilidade". Os ataques foram feitos após uma decisão no Inquérito 4.828 — que investiga a organização de atos antidemocráticos, entre eles o disparo de foguetes contra o STF em 13 de junho de 2020 — que desagradou Otoni.

Segundo Nunes Marques, "da leitura da denúncia, vê-se que o deputado excedeu ao livre direito de manifestação do pensamento, ainda que com intuito de realizar desabafo em divulgação ampla ofendendo ao ministro Alexandre de Moraes".

A denúncia acusa Otoni de praticar o crime de difamação por cinco vezes e de injúria por 19 vezes, entre junho e julho de 2020. Apesar da fartura de elementos contra o deputado, o advogado do deputado, Heli Lopes Dourado, afirmou na sessão do STF que seu cliente gostaria de pedir desculpas a Moraes pelas declarações.

"Com a grandeza de ter errado, vem a esta tribuna pedir desculpas a vossa excelência pelo que disse", pediu o defensor, dirigindo-se a Moraes. O apelo, porém, não surtiu efeito.

Prevaleceu o entendimento de que as falas do deputado são criminosas e que atividades ilícitas não estão cobertas pela imunidade parlamentar. "Imunidade não é impunidade", salientou o ministro Edson Fachin, no voto em que acompanhou Nunes Marques.

Pablo Valadares/Agência Câmara



Em 2020, Otoni disparou um vasto rol de ofensas ao ministro